

Uma saída do anonimato científico

Uma questão de gênero

COSTA, A. de Oliveira e BRUSCHINI, C. (orgs.)

Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/F.C. Chagas, 1992.

É oportuna e promissora a publicação da coletânea organizada por A. de Oliveira e C. Bruschini, composta por um conjunto de artigos apresentados e debatidos no seminário Estudos sobre Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas, realizado em novembro de 1990, com apoio da Fundação Ford, na cidade de São Roque (SP).

Oportuna, nesta época de crise das relações entre a sociedade civil e o Estado, em que é profunda a renovação dos paradigmas nas ciências sociais, quando sempre mais estreito se faz o diálogo entre o feminismo e a teoria social. Promissora, porque o livro, se por um lado oferece uma diversificada análise da produção brasileira em ciências humanas sobre a temática da mulher, apresenta-se, por outro, para o grande público, como uma síntese teórica e metodológica de um investimento feito ao longo de mais de dez anos de reflexão e pesquisa neste campo temático.

A leitura desta coletânea evidencia que o processo de discussão entre as autoras avalia, em seu conjunto, a potencialidade explicativa da categoria gênero, aquisição recente e resultado de um atento e permanente *aggiornamento* das literaturas americana, francesa e inglesa. A reflexão acerca desta categoria amplia-se, porém, rapidamente, até enveredar por distintos caminhos sobre o significado de sua inclusão na teoria. Enquanto, para os católicos todos os caminhos levam a Roma, as diversas preocupações das autoras, embora próximas, não as levam a um consenso a respeito das rupturas com as antigas abordagens.

De toda maneira, entre encontros e desencontros, um primeiro aspecto deve ser ressaltado: sai finalmente do anonimato científico a questão da condição da mulher. A subordina-

ção feminina é depurada de suas conotações universais. Esta é desnaturalizada na medida em que se abandona a visão que sustentava a distinção de características a partir da percepção geral de relações supostamente naturais entre os sexos.

A subordinação feminina é, agora, pensada a partir de significados adquiridos, herdados e reinventados na interação e na convivência social. Neste sentido, a questão reside na análise das relações assimétricas que envolvem os sexos. As relações de gênero abarcam a multifacetada realidade, atraindo para sua própria compreensão as mais diferentes disciplinas científicas.

Esta saída do anonimato parece ser no Brasil definitiva, não apenas porque as relações entre os sexos têm legitimado, dentro da ciência, além de um tema – a condição feminina –, uma problemática – as desigualdades entre os sexos. Tais relações saem do anonimato, também e sobretudo, porque introduzem uma categoria capaz de se impor como instrumento analítico eficaz no plano explicativo mais geral das ciências humanas. Portanto, não é mais o caso de evocar o limbo, o gueto, nem tampouco, parafraseando Bourdieu, simplesmente registrar a emergência de problemas que entram de contrabando nas ciências sociais.

Temos sinais de valor da nova categoria gênero em vários artigos onde são lembradas as condições sociais, políticas e sobretudo teóricas que tornaram possível sua formulação (Sorj, Zannoff Machado, Saffioti). Temos retrospectivas dos processos de construção dos instrumentos de análise em vários campos disciplinares, como por exemplo a historiografia (Leite da Silva Dias), a antropologia (Heilborn e Fonseca), a sociologia (Castro e Lavinias, Bruschini, Lobo), a crítica da cultura (Buarque de Hollanda), as ciências políticas (Jardim Pinto), a educação (Rosemberg) e a psicologia (Martins Rodrigues).

Se hoje é possível um vasto consenso sobre a inovação do estatuto teórico que eleva o gênero ao nível de categoria/conceito, ainda não é vã a pergunta: em que consiste sua novidade?

Dentro dos diferentes campos disciplinares em que as numerosas autoras da coletânea trabalham, são comentadas as novas contribuições epistemológicas e metodológicas introduzidas por esta categoria no processo de produção do conhecimento, registrando um leque variado de concepções.

Procurando identificar e sintetizar os pontos centrais de tais concepções, podemos dizer que algumas autoras inscrevem as relações de gênero numa abordagem característica da terceira geração de feministas (Zanotti Machado e Sorj). Outras autoras preferem enfatizar a crítica da pretensa universalidade do conhecimento moderno que tem reduzido a chamada condição feminina a uma questão ideal, abstrata. Neste sentido, os estudos feministas que adotam as relações de gênero conseguem historicizar os processos sociais da polaridade masculino/feminino (Leite da Silva Dias, Saffioti, Castro e Lavinias, Lobo).

Há também aquelas para as quais a crítica feminista e o pensamento pós-moderno, como crise da ideologia e da representação, não seriam excludentes. Entretanto, o discurso feminista, na sua luta pela significação, mantém vivo o interesse de articular a construção da subjetividade feminina com as determinações históricas e políticas (Buarque de Hollanda).

A luta contra qualquer forma de essencialismo, perspectiva adotada por muitas autoras, insiste no caráter mutável das atribuições às categorias de sexo que acompanham a pluridimensionalidade das relações sociais. Não se tem mais o interesse de localizar analiticamente a mulher, o feminino, mas resgatar as relações constitutivas de uma sociedade, possibilitando conseqüentemente a reconfiguração do objeto de estudo (Castro e Lavinias).

O gênero é também apontado como inovador por certas autoras por destacar os processos de construção da subjetividade. É uma

categoria capaz de redefinir as interações sociais, os significados dados, atribuídos e elaborados (Lobo, Martins Rodrigues).

A ruptura e o distanciamento com a literatura dos anos 60 e 70 apontam não só o questionamento do paradigma da universalidade da condição feminina, mas também uma discordância com relação à uniformização dos processos que constituem a subjetividade e a formação de identidades coletivas. Há, em quase todos os textos reunidos por esta coletânea, uma preocupação comum: a apreensão das assimetrias de poder nas relações de gênero. Parece-nos pertinente lembrar o alerta metodológico elucidado por J. Scott, que propõe o afastamento definitivo da busca da causalidade geral e universal para enfatizar o interesse de evidenciar a descoberta dos processos que envolvem as múltiplas relações entre as subjetividades e a organização social. A noção de poder social unificado, coerente e centralizado é rejeitada. Esta é substituída por uma proposta que recupera as contribuições recentes da teoria das classes ao resgatar as experiências dos atores históricos. Neste sentido, é o exercício de múltiplos poderes que, ao permear também as relações de gênero, chega a afetar sua manutenção ou sua transformação. Relações de classe e relações de gênero adquirem, assim articuladas, sentido histórico e teórico.

Parece-nos, enfim, que, no conjunto, os textos encontram-se orientados, alguns implicitamente, outros explicitamente, pela vontade política de manter presente o interesse na compreensão e na problematização da sociedade brasileira contemporânea. É provavelmente esta inquietação que permite tal saída do anônimo, saída não somente da mulher, mas das mulheres e dos homens brasileiros.

PAOLA CAPPELLIN ■